

Na edição deste mês do informativo O Previdente, Claudio Munhoz, Diretor-Presidente da FIPECq, fala sobre as mudanças que ocorreram na FIPECq nos últimos meses e o que planeja para o ano de 2018

Em fevereiro iniciou-se a implementação do Programa FIPECq+ que, entre as principais ações, estava a terceirização de alguns serviços. Como você avalia a mudança desses processos nesses 5 meses?

A terceirização dos serviços, exceto o portal, já foi concluída. Temos encontrado na Conduent (Xerox), empresa que assumiu a quase totalidade de nossos processos - comprometimento nos prazos e qualidade nos serviços prestados. Estamos realizando ajustes finais, que são naturais em processos tão grandes e complexos.

Relativamente ao novo portal, esse passa por processo de conferência e ajustes finais e o aplicativo para smartphone está bastante adiantado, mas será disponibilizado depois do portal, dado que são necessárias aprovações junto à Apple, Microsoft, etc.

Finalmente registraria, relativamente ao processo de reestruturação da FIPECq, que os nossos dois últimos grandes desafios são os projetos de BI (Business Intelligence) ou inteligência de negócios e o desenvolvimento da matriz de risco. Quando falamos de BI estamos nos referindo “ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações”, isto é, de um instrumento que oferece suporte a gestão de negócios. O desenvolvimento da matriz de risco é fundamental para a definição dos pontos de controle e, conseqüentemente, para o gerenciamento de riscos na Fundação. Esses projetos estão em fase de elaboração. Acredito que até o final de dezembro esses projetos estarão concluídos e, possivelmente, implantados.

Qual foi a redução de custos para a Fundação com todas essas medidas implantadas? Já teremos impacto dessa redução no orçamento de 2018?

Em julho apresentamos ao Conselho Deliberativo o orçamento revisado de 2017. Nele, as despesas gerenciáveis foram reduzidas em 37,6% em termos reais, ou seja, descontado o efeito da inflação. Na mesma reunião já apresentamos a proposta de orçamento para 2018 com a redução de despesas gerenciáveis em 48,3% em termos reais.

As despesas com pessoal, por exemplo, para 2018, apresentam decréscimo, em termos reais, de 47%; viagens e estadias 15,6%; e despesas gerais 53,7%. Em contrapartida, as despesas com serviços de terceiros cresceram 90,8% em função da terceirização dos processos operacionais junto à Conduent (Xerox). Todos os orçamentos foram revistos com “base zero”, ou seja, discutimos cada uma das despesas desconsiderando-se toda e qualquer informação anteriormente existente. Discutimos olhando para frente e, não, tendo como premissa valores orçados em anos anteriores.

Acreditamos que a proposta de orçamento de 2018 é justa, mas certamente com ganhos de produtividade e revisão de alguns processos poderemos, ainda, fazer alguns ajustes e ter algum ganho.

Quais ações ainda serão implementadas para melhorar, também, a rentabilidade dos Planos?

Acredito que nos próximos anos o grande desafio dos fundos de pensão, notadamente aqueles com planos de benefícios definidos, será a busca de rentabilidade em percentual igual ou superior a taxa de juros atuarial, que no caso do PPC é de 5% ao ano mais o Índice de Preços ao Consumidor - INPC. Reduzir a taxa de juros atuarial para se adequar ao cenário de redução das taxas de juros praticadas nos títulos públicos tem um custo muito elevado para os planos de benefícios definidos.

No caso do PPC, a redução da taxa de juros atuarial em um ponto percentual, isto é, de 5% para 4% ao ano, por exemplo, eleva o passivo/compromissos do plano em cerca de R\$200 milhões. Portanto, definir novas políticas e estratégias de investimentos - observados níveis de riscos e segurança - é de fundamental importância e não pode ser adiado.

Independentemente do fato acima, que representa um olhar para o futuro, a entidade no 1º semestre de 2017 apresentou rentabilidade superior à meta atuarial, no 1º semestre, de 3,62%. Isto é, a rentabilidade no Plano PPC foi de 4,73%; no FIPECqPREV de 4,46%; e no PGA de 5,12%.

Em relação a Política de Investimentos existe alguma outra preocupação, além do processo de redução das taxas de juros e a necessidade de se buscar rentabilidade igual ou acima ao INPC + 5% ao ano?

Acredito que sim. Tenho uma preocupação particular em relação a carteira de empréstimos aos participantes e assistidos do Plano PPC. Não me parece ser justo pegar os recursos aportados pelos nossos participantes e assistidos e emprestá-los a esses mesmos participantes e assistidos com taxa de juros real de 9% ao ano, quando a taxa de juros atuarial, que representa a necessidade de ganhos reais nos investimentos é de 5% ao ano.

Estudos estão sendo realizados para o aprimoramento das regras da carteira de empréstimos e possível redução da taxa de juros real. Acredito que teremos condições de discutir uma nova proposta para a carteira de empréstimos até novembro e, se tudo der certo, poderemos iniciar 2018 com boas notícias para os participantes e assistidos do Plano PPC.

Fonte: FIPECq, em 21.08.2017.